



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 05/2024

Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, reuniu, no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata n.º 04/2024, referente à reunião à reunião plenária de 26 de julho;
2. Apresentação de resultados preliminares do Estudo PROMETEU – PROMoção de saúde mental e bem-estar na comunidade UMinho;
3. Procura dos cursos da Universidade do Minho para o ano letivo 2024/2025;
4. O Ensino na Universidade do Minho durante o último quadriénio: progressos, desafios e perspetivas;
5. Adesão da Universidade do Minho ao Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social;
6. Plano de Atividades do Conselho Geral para 2024 e 2025.

Estiveram presentes os/as Conselheiros/as António Carlos Fernandes Rodrigues, que presidiu a reunião, Ana João Gomes Rodrigues, Helena Mendes Pereira, Isabel Maria Costa Soares, Joana Rodrigues Arantes Silva, Joaquim Agostinho Castro de Freitas, Luís António Martins Santos, Luís Miguel de Lima Guedes, Margarida Isaias Ferreira dos Santos, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Nuno Miguel Dias Cerca, Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio, Tiago Filipe Silva Miranda, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Esteve também presente o Reitor, Professor Doutor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência os/as Conselheiros/as António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves, Delfina Rosa Rocha Gomes, Joana Carolina Santos Fraga, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Maria Elisabete da Silva Duarte Matos e Patrícia Espinheira Sá Maciel. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

No ponto prévio à ordem do dia, o Vice-Presidente deu nota que o parecer jurídico solicitado à Escola de Direito sobre a legalidade da metodologia adotada, aquando da votação do articulado estatutário, será enviado para o Conselho Geral até final do corrente mês de outubro, prevendo-se a análise e debate sobre o mesmo na próxima sessão plenária do Conselho. Informou, ainda, que decorrerá da parte da tarde a reunião dos membros eleitos do Conselho Geral, tendo como ponto de agenda a cooptação do novo membro externo. Deste modo, com o órgão composto conforme legalmente previsto, retomar-se-á o processo de revisão dos

Estatutos da UMinho, na tentativa de ser concluído até ao final do mandato, reforçou. Desta forma, apelou que aos Conselheiros que informassem caso fosse necessário agendar uma reunião extraordinária para se proceder à tomada de posse do novo membro externo cooptado e eleição do/a Presidente.

Ainda neste ponto prévio, o Vice-Presidente comunicou que o Conselheiro Miguel Martins solicitou, após o envio formal da convocatória dentro dos prazos legais previstos, a introdução dos três pontos abaixo referidos na ordem de trabalhos:

- 1. Mudanças no funcionamento do Ensino Superior;*
- 2. Alojamento estudantil e atual situação das residências universitárias da Universidade do Minho;*
- 3. Ponto de situação da aplicação da proposta da Resolução do Senado Académico da Universidade do Minho sobre a Guerra em Gaza.*

Partindo do princípio que os pontos três e quatro objetivam obter esclarecimentos por parte da Reitoria, o Vice-Presidente conferiu a palavra ao Reitor para que partilhasse um breve ponto de situação sobre as matérias acima.

No que às residências universitárias diz respeito, o Reitor avançou com as seguintes informações:

- *a construção de novas residências:* mencionou que, neste momento, o processo de construção da residência da “Fábrica da Confiança” se encontra suspenso, havendo, contudo a expectativa dos tribunais se pronunciarem em breve sobre este dossiê. Quanto à residência de Santa Luzia, em Guimarães, esclareceu que está a decorrer o concurso conducente à adjudicação da construção, esperando-se que ocorra no início de dezembro;
- *intervenções em curso nas residências atuais:* referiu que estão a ser despoletadas várias intervenções de reparação nas atuais residências com o propósito de corrigir situações mais críticas que levaram à suspensão da ocupação de vários quartos;
- *outras possibilidades de alojamento estudantil:* explicitou que foram abertas novas possibilidades de alojamento estudantil, no quadro de contratos e/ou protocolos celebrados entre as instituições de ensino superior e outras entidades com capacidade para disponibilizarem quartos a preços mais acessíveis dos verificados no setor privado, tendo a UMinho, neste momento, 20 quartos contratualizados em Braga e 29 quartos em Guimarães.

Face à questão colocada relativamente à resolução do Senado a propósito da Guerra em Gaza, aprovada em meados de junho passado e amplamente divulgada, o Reitor evidenciou que a mesma constitui um referencial para a atuação da Universidade do Minho neste domínio. Recuperou uma das orientações que ganham expressão nesta resolução: a Universidade do Minho mantém relações de colaboração académica e científica com Universidades Palestinianas e com Universidades Israelitas, no quadro das suas opções de internacionalização, permanecendo convicto que esta é uma forma de contribuir para criar condições, de facto, promotoras da cooperação internacional. Acrescentou, porém, que o Senado Académico entendeu que a UMinho não deveria assumir, no futuro, projetos conjuntos com Universidades Israelitas que se manifestem a

favor da guerra em Gaza, nem com Universidades Palestinianas que se manifestem a favor do *Hamas*, garantindo que esta orientação está a ser seguida pelas unidades orgânicas e pela universidade no seu conjunto. Afirmou, também, que a UMinho, tal como verificado em outros casos, estará disponível para apoiar a reconstrução dos sistemas de ensino superior e de investigação na Palestina, assim que estejam reunidas as condições para tal.

O Vice-Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Miguel Martins que, agradecendo antecipadamente as informações prestadas, solicitou esclarecimentos adicionais ao Reitor, quanto aos tópicos em análise, a saber:

- sobre a situação das residências universitárias existentes, questionou se existe um calendário com uma previsão das intervenções necessárias e qual a meta temporal para a sua concretização?;
- quanto à resolução do Senado Académico, elucidou que o ponto oito suscitava dúvidas, citando-o:

8. Face ao aprofundar da violência e do desrespeito pelos direitos humanos a que se assiste em Israel e na Palestina, a UMinho não deverá assumir, no futuro, projetos conjuntos com universidades israelitas que se manifestem a favor da continuação da guerra em Gaza, nem com universidades palestinianas que se manifestem a favor do Hamas.

Ora, o Conselheiro Miguel Martins, a este propósito perguntou qual a intenção subjacente à expressão “no futuro”, justificando que poderá compreender temporalmente diferentes períodos: *um ano?; dez anos? o mandato do próximo Reitor?*. Questionou também a quais projetos se aplicam estas orientações: *aos projetos atuais?; em projetos futuros? E nestes, até quando?* Solicitou, também, que o Reitor explicasse o seu entendimento relativamente à expressão “manifestação a favor”, avançando que poderá incorporar diferentes posições desde a instituição assumir expressamente uma tomada de posição a apoiar as investidas militares de forma mais indireta.

Ainda sobre o seu pedido de inclusão de pontos adicionais à ordem de trabalhos, partilhou que a sua ideia, quanto ao primeiro ponto - *Mudanças no funcionamento do Ensino Superior* - era conhecer a posição da UMinho sobre a possibilidade de descongelamento das propinas, uma vez que no presente ano letivo foi tornada pública a posição do atual Ministro de Educação quanto a esta hipótese.

O Reitor, reportando-se ao assunto da guerra em Gaza, começou por contextualizar que o Senado Académico é o principal órgão de consulta da universidade, assumindo-se como o lugar onde se exprimem, de forma mais sólida, posições convergentes da própria universidade. Neste seguimento, a resolução em questão é suportada pela generalidade das unidades orgânicas, onde efetivamente os projetos de ensino e/ou investigação são desenvolvidos. Partindo desta ressalva, clarificou que a resolução do Senado Académico exprime que a UMinho defende um conjunto de princípios, e, portanto, é esperado que estes estejam acautelados sempre que se colocar a possibilidade de serem constituídas parcerias com instituições palestinianas e/ou israelitas. Apelou à compreensão para o facto de ser complexo conhecer todos os casos ao pormenor e, por conseguinte, o texto publicado assume-se como um alerta para que as pessoas, os grupos e as estruturas da UMinho, envolvidas em projetos com instituições palestinianas e israelitas, tenham estas

orientações em consideração. A UMinho não dispõe, nem tem a intenção de dispor, de mecanismos de controlo que procurem identificar o posicionamento de cada entidade neste conflito, sublinhou. Todavia, há certamente, pessoas que detêm conhecimentos mais detalhados sobre esta realidade, quando se avança para a celebração de determinado tipo de protocolo, frisou. No que diz respeito à questão temporal, é seu entendimento que a resolução é clara, uma vez que tendo sido aprovada no dia 12 de junho, o *futuro* é o tempo decorrido a partir desse momento. Fez referência aos projetos que estão em curso com universidades palestinianas e universidades israelitas, alertando que traduzem compromissos anteriormente assumidos dos quais a UMinho não se poderá descartar.

Relativamente ao possível aumento do valor das propinas, transmitiu que se trata de uma não-questão para a reitoria da UMinho, uma vez que não passou de um cenário hipotético, que apesar de ter conhecido algumas manifestações de posição na esfera pública, rapidamente saiu da agenda política. Para a assunção de um posicionamento sobre esta matéria, a UMinho teria de conhecer as circunstâncias em que tal aumento decorreria, quais as medidas de compensação e, não se verificando, nada tem a dizer sobre esta matéria.

Para finalizar, quanto à questão sobre a calendarização das intervenções nas residências universitárias existentes, o Reitor tipificou as intervenções numa dupla natureza: intervenções pontuais já em curso, cuja conclusão se espera ocorrer durante o primeiro semestre do presente ano letivo; e intervenções de natureza mais estrutural, com previsões de conclusão mais demorada, estando, neste momento, em fase de projeto.

Atendendo que o quarto ponto da agenda - *O Ensino na Universidade do Minho durante o último quadriénio: progressos, desafios e perspetivas* - foi proposto pelo Conselheiro Tiago Silva e podendo, eventualmente, relacionar-se com algumas das notas já debatidas, o Vice-Presidente solicitou-lhe que enquadrasse o objetivo subjacente ao seu pedido para inclusão deste ponto na agenda. De imediato, o Conselheiro Tiago Silva fundamentou que, sendo o Conselho Geral o órgão máximo de gestão estratégica da UMinho e partindo dos três principais vetores da Missão da UMinho, importará fazer um balanço e incitar à reflexão e debate, nesta reta final de mandato, sobre cada um dos vetores: ensino, investigação e interação com a sociedade. Para a sessão plenária de hoje, havia proposto o tema “Ensino” com o objetivo do plenário refletir sobre as mudanças verificadas nos últimos quatro anos, sobretudo porque o exercício do mandato se caracterizou por desafios muito particulares, na área do ensino, muito associados à situação pandémica, como por exemplo o ensino *online* e a expansão dos cursos MOOC, de acesso aberto e massivo. Em suma, a proposta de inclusão deste ponto pretendia promover um espaço de debate sobre a direção que a UMinho quer assumir no futuro, clarificou.

Ainda no âmbito deste ponto prévio à agenda, o Reitor solicitou a palavra para manifestar a sua compreensão caso o Conselho entenda que não estão reunidas as condições para ser analisada a proposta de adesão da Universidade do Minho ao Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social, uma vez verificado o envio tardio da documentação, justificado por razões de diversa ordem. Ainda assim,

complementando a informação constante na documentação remetida com os esclarecimentos que o Conselho entenda necessários, apelou que a decisão sobre este ponto fosse ponderada.

De registar, também, uma nota de preocupação partilhada pela Conselheira Isabel Soares, no que concerne à metodologia adotada pela FCT no âmbito do processo de avaliação dos centros de investigação. Justificou que esta assenta num exercício avaliativo realizado à distância, com tempos extremamente curtos para serem apresentados e discutidos os resultados dos centros de investigação dos últimos cinco anos e os planos de atividades dos mesmos para os próximos cinco anos. Detalhou que está previsto um plenário com a duração de apenas uma hora e três sessões, de 30 minutos cada, para reunir, separadamente, com os estudantes de doutoramento, os investigadores júniores e os investigadores séniores, culminando com uma visita presencial com a duração prevista de uma hora. Estando em jogo o trabalho passado, as atividades futuras e, naturalmente, o financiamento que assume um peso extraordinariamente importante para os centros de investigação, manifestou a sua preocupação e desagrado com o modo como a FCT está a organizar todo este processo, merecendo mais seriedade e um trabalho mais aprofundado.

A este propósito, o Vice-Presidente, sendo esta preocupação bastante legítima e partilhada por outras instituições de ensino superior, avançou com a possibilidade da UMinho emitir alguma sugestão/tomada de posição, eventualmente em conjunto com outras universidades, através do Conselho de Reitores ou dos Conselhos Gerais, sinalizando estas questões junto da tutela. De imediato, a Conselheira Isabel Soares agradeceu a proposta, admitindo que a sua intervenção procurou incitar a esta pressão junto da tutela e, de certa forma, sensibilizar para a gravidade da situação, que envolve várias instituições de ensino superior. Trata-se de um assunto que merece uma reflexão e uma tomada de posição para que tal não volte a acontecer, sendo desejável que ainda se consiga reparar algum dos efeitos deste processo no presente exercício avaliativo.

Conferida a palavra ao Reitor, corroborou a preocupação manifestada pela Conselheira Isabel Soares, argumentando que nos últimos anos tem sido questionada a adequabilidade, a eficácia e a eficiência das opções metodológicas adotadas nos processos de avaliação quer dos projetos, quer das unidades de investigação. Avaliar o trabalho de muitos anos com a ligeireza relatada pela Conselheira Isabel Soares e do qual resultarão decisões que afetarão as comunidades científicas, as instituições de ensino superior e as unidades de investigação é, de facto, preocupante, frisou. Apesar desta posição, é seu entedimento que com um processo de avaliação em curso, não será razoável pensar-se que irá ser alterado, sendo desejável que as pronúncias relativamente às metodologias adotadas ocorram num momento prévio ao exercício de avaliação. Ainda assim, importará retirar ilações desta experiência e comunicá-las a quem de direito. Informou, também, que esta matéria tem vindo a ser objeto de debate nas reuniões da assembleia de centros de investigação da universidade, assumindo ser o lugar adequado para a construção de uma posição coletiva das unidades de investigação da UMinho sobre esta problemática. Neste sentido, comprometeu-se a interagir com o Vice-Reitor e a Pró-Reitora do pelouro para que esta questão seja introduzida na próxima reunião da assembleia dos centros, a fim de se encontrar uma posição preferencialmente consensual, estruturada e capaz de acolher a diversidade de experiências existentes dentro da universidade. Acrescentou que, eventualmente, poder-se-á

alargar esta posição a uma realidade mais abrangente e pronunciarem-se sobre a generalidade dos processos de avaliação da ciência e do sistema científico em Portugal.

Na sequência das intervenções anteriores, o Conselheiro Luís Santos, após manifestar a sua concordância, acrescentou que o calendário de avaliação arrastou-se durante muito tempo, provocando alguma inquietação das equipas e das direções dos centros. Neste seguimento, afirmou apoiar quaisquer iniciativas, de natureza construtiva, que a Universidade entenda tomar sobre estes processos, reforçando a importância do próprio Conselho Geral se solidarizar com a posição assumida pela assembleia de centros.

O Vice-Presidente reforçou o apoio do Conselho Geral quanto à posição que a UMinho possa, eventualmente, assumir, salientando que enquanto atores integrados nestas dinâmicas faz todo o sentido que a UMinho se posicione sobre esta matéria e, quiçá, procurar consensualizar tal posição com outras universidades, mostrando-se convicto que será acolhida pela tutela. A este propósito, partilhou que participou num encontro, promovido pelo Professor Doutor Manuel Heitor, com a presença de académicos e a reflexão sobre estas problemáticas ganhou destaque.

O Reitor registou a possibilidade de envolver outras instituições na procura de uma voz síncrona sobre esta matéria e acrescentou que este assunto será, também, objeto de discussão na próxima reunião do Conselho de Presidentes das unidades orgânicas, reforçando a intenção de retirar desta experiência aprendizagens no sentido de vincar posições atempadas e prévias ao desencadear dos processos. Concordou que o sistema científico nacional aspira por uma maior estabilidade e previsibilidade. Partilhou que o Ministro da Educação, Ciência e Inovação e a Presidente da FCT concordam que a orientação a seguir deverá garantir estas condições, embora se verifique uma certa incoerência nas práticas. Neste contexto, revelou estar concordante com a posição de alerta e a manifestação e partilha dos pontos de vista dos vários atores da UMinho. Deixou a garantia que esta matéria será discutida no Conselho de Presidentes das Unidades Orgânicas, com vista a expor, de forma documentada e atendendo às aprendizagens decorridas deste exercício de avaliação, a posição da UMinho aos responsáveis políticos.

O Conselheiro Miguel Martins manifestou o seu lamento pela integração de avaliadores oriundos de universidades israelitas nos painéis de avaliação, estando estas a contribuir diretamente e a apoiar a ação do exército Israelita em Gaza, tanto no apoio militar, como no apoio tecnológico. Mesmo sendo uma decisão que ultrapassa o Reitor e a Universidade do Minho, fez questão de partilhar publicamente a sua posição, considerando tratar-se de uma ação que põe em causa o respeito pelo direito internacional.

Conferida a palavra ao Conselheiro Nuno Cerca, começou por afirmar ser favorável à partilha de recomendações para melhoria do processo de avaliação dos centros de investigação. Contudo, a metodologia atual foi anunciada há um ano atrás e, na sua opinião, este era o momento mais adequado para reagir e apresentar sugestões. Nesta fase, importará evitar mais atrasos, pois já será complicado gerir um centro de investigação em duodécimos, tal como esperado que aconteça em 2025. A situação agrava-se quando se trata

de unidades de investigação que requerem a contratação de muitos profissionais e a manutenção de vários equipamentos, como é o caso do Centro de Investigação que dirige.

1. Aprovação da ata n.º 04/2024, referente à reunião plenária de 26 de julho

Avançando os trabalhos com a agenda prevista, foi aprovada, por unanimidade, a ata n.º 04/2024, referente à reunião plenária de 26 de julho de 2024.

2. Adesão da Universidade do Minho ao Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social

Tal como sugerido inicialmente pelo Vice-Presidente e sem registo de qualquer posição contrária o ponto quatro passou para o segundo ponto da ordem de trabalhos. Assim, foi conferida a palavra ao Reitor que efetuou uma breve apresentação das condições de adesão da Universidade do Minho ao Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social.

Iniciou a sua intervenção com uma breve nota sobre a natureza dos Laboratórios Colaborativos, definindo-os como entidades do sistema científico tecnológico nacional, que perfilham os seguintes objetivos:

- procurar definir e concretizar agendas de investigação e de inovação que possam sustentar a criação de valor económico e social e promover a mudança tecnológica;
- promover a criação de emprego científico e qualificado;
- criar condições para o desenvolvimento de sinergias entre entidades de produção de conhecimento, sejam universidades e/ou institutos politécnicos, sejam entidades do setor público, privado e/ou social.

Registando a participação da UMinho em cerca de 18 Laboratórios com estas características, o Reitor elucidou que, pela sua natureza, a maior parte dos laboratórios colaborativos tendem a interligar com maior expressão as áreas das ciências, das tecnologias e das engenharias comparativamente com a área das ciências sociais e humanas. No entanto, no domínio destas últimas, destacou dois Laboratórios Colaborativos: *i)* o Pro-Child, com génese na UMinho; *ii)* e o COLABOR, hoje em análise. Recorrendo ao enunciado estatutário, este perfilha que “atividades da associação são baseadas no desenvolvimento e aplicação de conhecimento científico nos domínios das políticas sociais em especial, o futuro dos regimes do trabalho, do emprego, da proteção social e da economia social e solidária”. Elencou, também, o conjunto de entidades que, na sua génese, instituíram o COLABOR, a saber: o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES); o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (IDEFF); o Instituto Universitário de Lisboa, através do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ISCTE); a Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS); a Delta Cafés; o Gabinete de Estratégia e Planeamento do, então, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; a MOTA-ENGIL, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a SONAE. Prosseguindo a sua apresentação, afirmou que o COLABOR, no

desenvolvimento da sua atividade, começou a envolver vários investigadores da Universidade do Minho, provenientes de várias áreas científicas, revelando o interesse acrescido na adesão da UMinho a este Laboratório Colaborativo. Recorrendo ao memorando distribuído previamente ao Conselho, destacou os principais eixos da atividade deste laboratório - trabalho, emprego e tecnologia; proteção social; economia social e solidária, assim como a sua natureza interdisciplinar, na medida em que recebe contributos de várias áreas científicas como economia, sociologia, políticas públicas, direito, ciência de dados e ciência da computação.

Quanto às vantagens, também indicadas no memorando, destacou que:

- apesar da rede de parcerias empresariais constitutivas do COLABOR estarem sediadas, essencialmente, na região norte, não se verificava a participação de uma instituição do sistema científico e ensino superior nacional desta região, reconhecendo a UMinho como potencial associado. Valorizou, por isso, a sua larga experiência no desenvolvimento de projetos nas áreas de atividade do COLABOR, mencionadas anteriormente: trabalho, emprego e tecnologia; proteção social; economia social e solidária;
- a UMinho não possuiu nenhuma unidade de investigação nas áreas de atuação do COLABOR e, portanto, a sua adesão possibilitará potenciar a convergência e partilha de contributos entre várias áreas científicas (do Direito, da Economia e Gestão, da Sociologia, da Psicologia das Organizações, das políticas públicas, entre outras);
- a complementaridade de competências, quer do COLABOR (relação/proximidade a instituições públicas e privadas relevantes), quer da UMinho (capacidade e recursos de investigação), poderá potenciar projetos em comum;
- a participação e envolvimento atual de investigadores da UMinho em iniciativas do COLABOR, pertencentes à Escola de Direito, Instituto de Ciências Sociais, Escola de Psicologia e Escola de Economia e Gestão.

Após reconhecida a vontade de vários investigadores colaborarem com o COLABOR, de entre os quais se destaca o Doutor Manuel Carvalho da Silva, que assumiu uma importância particular no desenvolvimento desta entidade, o Reitor esclareceu que avançaram com um pedido de informação jurídica ao Escritório de Advogados com a qual a UMinho interage, para assegurarem que do ponto de vista legal não existiam impedimentos à concretização desta adesão. Acrescentou que a análise jurídica, também previamente partilhada com os membros do Conselho, recorda a história do laboratório colaborativo, dá conta da sua natureza de associação sem fins e afirma que os Estatutos do COLABOR em nada contendem com os princípios, as orientações e os documentos que estruturam a vida da Universidade do Minho. Acrescentou que o parecer se debruça, também, sobre a possibilidade de ser efetuado um pagamento em espécie, através da participação dos investigadores da UMinho. Salvaguardou que apesar de não estar prevista nos Estatutos, esta matéria foi discutida com os responsáveis do COLABOR, sendo esta a prática assumida com as instituições de

ensino superior. A este propósito, afirmou que existe a intenção dos Estatutos serem alterados para que, no futuro, se possa acomodar de forma mais expressa esta realidade. Além disso, transmitiu que o parecer jurídico aconselha que a disponibilização de Recursos Humanos da UMinho seja objeto de protocolo com a entidade COLABOR, concluindo que, do ponto de vista jurídico, salvo melhor opinião, não existem fatores que impeçam a adesão da UMinho ao COLABOR e que o pagamento da cota mensal de vida seja feito em espécie nos termos sugeridos.

Salvaguardada a questão jurídica, o Reitor destacou a comunicação do Presidente da Escola de Economia e Gestão, Professor Luís Aguiar-Conraria, cujo documento integra este dossiê, na qual consta, de forma clara, o forte interesse e compromisso da Escola de Economia e Gestão em consolidar a parceria, no âmbito da adesão ao Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social.

Terminada a intervenção do Reitor, foi aberto o momento para debate.

Registou-se um contributo do Conselheiro Luís Santos no sentido de garantir a colaboração da UMinho com instituições que garantam os princípios mínimos de democraticidade, dando como exemplo a limitação de mandatos. Prontamente, o Reitor sublinhou que os Estatutos do COLABOR serão objeto de revisão e, portanto, será dada particular atenção a estes princípios. Ressalvou que a paridade de género já está referida nos estatutos atuais.

A Conselheira Isabel Soares acentuou a importância da adesão da UMinho ao COLABOR e partilhou duas notas sobre:

- a existência de uma colaboração, desde há muito tempo, entre o COLABOR e o Pro-Child, verificando-se, de certa forma, esta relação indireta com a UMinho, mas de elevada importância porque a área de intervenção e de conhecimento do COLABOR revela-se como peça-chave para os projetos do Pro-Child, havendo uma complementariedade e um reforço de sinergias entre os dois Laboratórios Colaborativos;
- a criação de uma entidade de natureza informal, designada “Fórum dos Colab”, que pretende promover uma ligação estreita entre os vários Laboratórios Colaborativos, tendo o COLABOR assumido um papel preponderante desde o início, conjuntamente com a DTX e o Pro-Child. Neste momento, compete ao COLABOR dirigir este fórum e promover uma matriz de coesão entre os vários Laboratórios Colaborativos.

O Vice-Presidente reforçou a utilidade de existir um alinhamento entre os vários laboratórios colaborativos, porque tem verificado que alguns destes, com o passar dos anos, precisam de se reinventar para garantir a sua sustentabilidade económica e, consequentemente, a sua existência. O fortalecimento da *interface* entre a academia, as empresas e a investigação, assim como a criação de massa crítica para se manterem vivos é, na sua opinião, crucial. Opinou que lhe parece relevante a adesão ao COLABOR, considerando que, de facto, existe muito trabalho a ser feito, dadas as alterações profundas que estão a ocorrer

no mundo laboral, permitindo apoiar as empresas e as instituições. Importará refletir sobre a forma de criar um ecossistema mais equilibrado, frisou.

O Conselheiro Joaquim Freitas tomou a palavra e abordou a questão do pagamento da mensalidade que, apesar de referido no parecer jurídico, encontra-se pouco claro nos Estatutos da entidade. Face a esta liberdade de interpretação, sublinhou a importância de uma maior clareza e transparência nos documentos desta natureza. A este propósito, o Reitor reafirmou que esta indefinição está sinalizada no parecer jurídico, pois trata-se de uma prática que, de facto, não está explícita no enunciado estatutário, mas será colmatada com a revisão dos Estatutos do COLABOR.

O Conselheiro Tiago Silva solicitou um esclarecimento quanto à forma como será feito o pagamento desta cota em termos de pessoa: pelo trabalho da pessoa?; pela imputação de vencimento em eventuais financiamentos?. Obteve a confirmação, por parte do Reitor, que será feito com o trabalho de pessoas, devidamente calculado e explícito em protocolos a celebrar entre a UMinho e o COLABOR.

Sem mais intervenções a assinalar, o Vice-Presidente colocou à votação a adesão da UMinho ao COLABOR, tendo o Conselho deliberado aprovar a adesão, por maioria dos membros presentes, registando-se 13 votos a favor e uma abstenção do Conselheiro Miguel Martins. O Conselheiro Miguel Martins proferiu uma breve declaração de voto, explicando que se absteve porque não teve o tempo suficiente para a analisar, com cuidado e atenção, a documentação que compõe este processo, devido ao seu envio tardio.

O Reitor agradeceu a disponibilidade e boa-vontade dos membros do Conselho por apreciarem esta proposta em circunstâncias tão particulares.

3. Apresentação de resultados preliminares do Estudo PROMETEU – PROMoção de saúde mental e bem-esTar na comunidade UMinho

A Conselheira Ana João Rodrigues fez uma breve introdução do ponto, dando nota que no âmbito da Comissão Especializada de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade foi deliberado propor à Doutora Eugénia Ribeiro, coordenadora do Projeto PROMETEU, a realização de um ponto de situação. Assim, o objetivo deste tópico prende-se com a apresentação de dados, ainda que bastante preliminares, incidindo, particularmente, na taxa de resposta dos diferentes corpos da UMinho e também refletir, no âmbito do Conselho Geral, sobre formas que potenciem o aumento de respostas para tornar o estudo o mais completo e abrangente possível.

A Doutora Eugénia Ribeiro começou por agradecer a oportunidade de partilhar o projeto PROMETEU e o estado do seu desenvolvimento. Apresentou o mapeamento das tarefas e procedimentos já realizados ao longo do último ano, desde o momento da receção da ata de aprovação final do projeto até ao momento presente em que foram realizados alguns contactos para a calendarização de grupos focais. Recorrendo a uma imagem gráfica, destacou as etapas realizadas e as etapas que se encontram em curso, destacando, nestas

últimas, o envio de mensagens eletrônicas para a academia apelando ao preenchimento de um questionário e a realização de grupos focais. Acrescentou que, até novembro, esperam realizar todas as análises quantitativas e qualitativas para a elaboração de recomendações, baseadas na evidência no contexto da Universidade do Minho, e enviar ao Conselho Geral o relatório científico do projeto até ao final do corrente ano.

Explicitou que o projeto PROMETEU integra dois tipos de estudos, de natureza quantitativa e qualitativa. Clarificou que o estudo quantitativo pretende responder a cinco objetivos:

- ✓ caracterizar a prevalência e severidade dos sintomas psicológicos dos diferentes grupos da academia (estudantes, docentes, investigadores e técnicos administrativos e de gestão);
- ✓ caracterizar indicadores de bem-estar destes mesmos grupos;
- ✓ identificar fatores protetores e fatores de risco dos problemas de saúde mental nestes diferentes grupos;
- ✓ determinar os custos e os encargos dos problemas psicológicos a nível académico e socioeconómico;
- ✓ avaliar indicadores de literacia e conhecimento das respostas disponíveis nos *campi* da Universidade do Minho.

Prosseguiu com a apresentação da distribuição de respostas aos questionários elaborados, validados para a população Portuguesa e criteriosamente selecionados para responder aos objetivos acima, em função da sua pertença à UMinho e às unidades orgânicas/unidades de serviços de origem. Explicou que a primeira fase de envio dos endereços *online* para resposta ao questionário ocorreu entre o final do mês de maio e durante o mês de junho, e, portanto, elucidou que serão apresentados os dados resultantes do tratamento preliminar das respostas obtidas até julho. Acrescentou que a equipa de investigação decidiu reenviar o endereço para preenchimento do questionário em outubro, aproveitando a semana da Saúde Mental, mas sobretudo para permitir que os membros da academia estabilizassem as suas tarefas, após o período de férias, assim como incluir os novos estudantes dos primeiros anos do ano letivo de 2024/2025.

Avançou com a apresentação detalhada da distribuição de respostas, considerando o grupo ao qual os respondentes pertencem:

- **Estudantes:** referiu que, nesta primeira fase, 502 estudantes acederam ao endereço para responder ao questionário, porém 155 destes estudantes não prosseguiram com a resposta às várias questões colocadas. Dos 347 questionários respondidos, partilhou que a taxa de resposta concentra-se mais no intervalo de idades compreendido entre os 18 e os 26 anos (234 respostas). Relativamente à variável sexo, expôs que dos 502 questionários, 156 estudantes não reponderam a este item, sendo a maioria dos participantes do sexo feminino (254 respostas). Quanto à unidade orgânica de pertença, fez referência às não-respostas a este item (190) e mencionou que a Escola de Engenharia reúne o maior número de respostas (83), seguindo-se a Escola de Economia e Gestão (38), a Escola de Psicologia (36) e a Escola de Ciências (30). Por outro lado, a Escola de Arquitetura, Arte e Design (6 respostas) e a Escola Superior de Enfermagem (3) reúnem um número mais reduzido de repostas a este ponto. Relativamente ao ciclo de estudos, repete-se o mesmo número de estudantes que não responderam a este item (190); verifica-se uma maior taxa de resposta nos estudantes

dos 2.º e 3º ciclos com 120 e 80 respostas, respetivamente. Elucidou que é possível retirar as seguintes ilações se efetuado um cruzamento da taxa de resposta obtida por ciclo de estudos e por unidade orgânica:

- Escola de Arquitetura, Arte e Design: 66,67% das respostas obtidas são de estudantes de licenciatura;
- Escola de Ciências: a taxa de resposta dos estudantes de licenciatura e de mestrado é igual: 36,67%;
- Escola de Direito: a maioria das respostas são dadas pelos estudantes de licenciatura (60%);
- Escola de Economia e Gestão: verifica-se a mesma percentagem de resposta dos estudantes de Licenciatura e de Mestrado - 42,11%;
- Escola de Engenharia: as respostas são, maioritariamente de estudantes de mestrado (40,96%);
- Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas: apresenta uma taxa de resposta mais concentrada no nível de licenciatura (71,43%);
- Escola de Medicina: assume valores equilibrados entre o nível de doutoramento (44,44%) e de mestrado (40,74%);
- Escola de Psicologia: com maior incidência de respostas nos estudantes de mestrado (47,22%);
- Escola Superior de Enfermagem: com 100% de respostas dadas por estudantes de licenciatura;
- Instituto de Ciências Sociais: com 42,31% de respostas de estudantes de doutoramento e 30,77% de estudantes de mestrado;
- Instituto de Educação: com percentagens de respostas equilibradas entre licenciatura e mestrado (34,48% e 37,93%, respetivamente).

- **Docentes e Investigadores:** com recurso a um gráfico, apresentou o número de respostas obtidas considerando o intervalo de idades. Com um total de 282 questionários respondidos, referiu que 49 elementos pertencentes ao corpo de docentes e investigadores não responderam ao item idade e concluiu que, no caso dos docentes, o maior número de respostas centra-se nos intervalos etários a partir dos 50 anos de idade (88 respostas). No caso dos investigadores a maior taxa de resposta ao item centra-se no intervalo dos 36 aos 45 anos (43 respostas), refletindo, em certa medida, a evolução e distribuição do número de trabalhadores com a categoria “Investigador” na universidade. Cruzando a variável *sexo* com a categoria profissional, foi possível apurar que o maior número de resposta é dado por docentes e investigadores do sexo feminino (77 e 51 respetivamente). Atendendo à unidade orgânica de pertença, transmitiu que 56 docentes/investigadores não responderam a este item e destacou o facto de se verificar um maior número de respostas por parte dos investigadores das Escolas de Medicina e Psicologia.

- **Trabalhadores Técnicos, Administrativos e de Gestão:** transmitiu que num total de 143 questionários, 33 trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão abriram o questionário, mas não responderam ao mesmo. Comunicou que o maior número de respostas, atendendo à faixa etária, centra-se nos grupos acima dos 36 anos (93 respostas face a 17 respostas dadas por elementos abaixo dos 36 anos). Quanto à variável *sexo*, verifica-se um maior número de respostas dadas pelo grupo do sexo feminino (86;

masculino: 21 respostas). Relativamente à unidade orgânica de pertença, destacou que 60 trabalhadores indicaram que este tópico não se aplica, podendo justificar-se porque pertencem a unidades de serviços. Acrescentou que a Escola de Engenharia, o Instituto de Ciências Sociais e o I3B's são as unidades orgânicas que apresentam um maior número de respostas a este ponto. Focando a análise da pertença a unidades de serviços, salientou que dos 143 trabalhadores que abriram o questionário, 41 não responderam a esta questão, 35 indicaram “não se aplica”, 13 responderam “prefiro não dizer”, 7 pertencem aos serviços da Reitoria, 19 aos serviços de apoio e 28 aos serviços especializados.

Acrescentou que durante a semana de 7 a 12 de outubro foram enviadas 13 987 mensagens para os membros da comunidade académica que não responderam ao questionário na primeira fase da sua aplicação, com um total de 26 897 mensagens de *email* remetidas desde o início da recolha de dados.

Prosseguiu a sua apresentação, lembrando que este estudo tem uma dimensão qualitativa que pretende contextualizar o bem-estar e saúde mental na UMinho e, portanto, compreender a perspetiva dos estudantes, docentes, investigadores e trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão quanto ao bem-estar e saúde mental e de como a Universidade do Minho pode promover estas dimensões. Como forma de incentivar a participação no referido projeto, a equipa apostou na publicitação do mesmo através da divulgação *online*, assim como da interação com vários interlocutores como por exemplo a Associação Académica, os Presidentes das Unidades Orgânicas, o Colégio Doutoral e os responsáveis pelas unidades de serviços.

Partilhou, também, dados relativamente aos *focus group*, tendo até ao presente momento contactado de forma personalizada 73 estudantes, 47 docentes, 9 investigadores e 22 trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão que manifestaram a sua disponibilidade para participar nos *focus group*. Até ao presente momento, foi concluído um *focus group* com os estudantes dos *PALOP* e estão a ser agendados os *focus group* com docentes, investigadores, TAGs e estudantes dos três ciclos de estudo para as próximas semanas, mencionou.

Concluiu que está prevista a realização de um seminário sobre Saúde Mental e Bem-Estar, dirigido a toda a comunidade académica, no primeiro semestre de 2025. Existe também a preocupação de realizar sessões com os vários grupos de pertença, respondendo às necessidades identificadas quer através do questionário quantitativo, quer através dos focos grupo realizados.

O Vice-Presidente agradeceu a apresentação e a partilha dos dados preliminares e reforçou a importância de cada membro do Conselho assumir um papel pró-ativo juntos dos seus pares para aumentar o número de respostas ao questionário. Enalteceu, também, a importância da temática e do estudo, recordando uma interação tida com uma consultora de renome que destacou estarmos a assistir a um aumento de casos de *burnout* nos jovens com cerca de 20 anos por dois motivos principais: *i)* a falta de competências sociais muito aliada à digitalização dos processos que inibem a existência de interação social; *ii)* menos interação e trabalho de grupo entre gerações, dificultando o aperfeiçoamento de competências mais técnicas adquiridas em contextos de trabalho.

O Conselheiro Miguel Martins opinou que as gerações mais jovens enfrentam, hoje em dia, várias situações que interferem na sua saúde mental e ultrapassam a mera aplicação de competência técnicas, dando como exemplos: as condições de trabalho e precariedade laboral, o elevado custo de vida, os baixos salários, a experiência profissional requerida no início da carreira, entre outras. Na perspetiva de aumentar a participação dos estudantes no projeto PROMETEU, propôs a publicitação do estudo na *blackboard*, na aplicação dos SASUM e na aplicação *recurso* dos AAUM.

A Conselheira Joana Arantes Silva corroborou o Conselheiro Miguel Martins, reforçando a importância da publicitação do estudo nas várias plataformas da UMinho, propondo também a sua divulgação nas redes sociais e na página oficial da UMinho.

O Conselheiro Victor Soares enfatizou também a importância e o interesse no sucesso do estudo e propôs que o prazo de resposta ao mesmo fosse prolongado. Apelou aos membros do Conselho que mobilizassem os seus pares para aumentar a taxa de resposta ao questionário e, assim, contribuir para que a comunidade académica possa melhorar efetivamente as condições ao nível da saúde mental e do bem-estar.

Os trabalhos prosseguiram com a intervenção do Conselheiro Luís Santos que, apesar de serem resultados preliminares, destacou o facto de, em determinadas escolas, os estudantes de doutoramento terem respondido em maior número, podendo justificar adiante uma reflexão mais aprofundada sobre esta população específica, mais sensível à precariedade laboral, por exemplo. Antecipou que os resultados obtidos no questionário poderão conduzir à produção de outros trabalhos interessantes, focados em populações específicas.

A Conselheira Ana João Rodrigues reiterou a pertinência do estudo e, conseqüentemente, a importância na obtenção do maior número de respostas possível para garantir a representatividade dos vários corpos da UMinho. Neste sentido, ressaltou o papel ativo que pode ser assumido por cada membro do Conselho na mobilização da comunidade académica. Sublinhou, também, a importância da divulgação do estudo nas plataformas e páginas institucionais.

Concordante com as intervenções anteriores, a Conselheira Isabel Soares evidenciou a corresponsabilização de cada um na promoção do estudo, cuja temática é de elevadíssima importância. Como tal, apelou que nos vários contextos de atuação – nas aulas, nas reuniões dos órgãos, na interação nas escolas e serviços – fossem despendidos breves minutos para incentivar a participação no referido estudo, através da resposta ao questionário *online*.

Complementarmente, o Conselheiro Tiago Miranda sugeriu que fosse solicitada, através de uma mensagem formal do Conselho Geral, a colaboração dos Presidentes das unidades orgânicas e Diretores das subunidades na divulgação do estudo, junto das suas equipas, e na sensibilização para a participação no mesmo. O recurso à caixa de *email* institucional poderá ser uma limitação, dada a quantidade de mensagens recebidas. Da forma proposta, crê que tornaria a comunicação mais pessoal e eficaz.

O Vice-Presidente corroborou e afirmou que serão remetidas duas mensagens por parte do Conselho Geral: uma para os Presidentes das Unidades Orgânicas e Diretores de Serviços e outra para toda a academia.

Conferida a palavra ao Reitor, confirmou a possibilidade de serem utilizadas as ferramentas de comunicação da universidade para potenciar os resultados do trabalho, de irrefutável impacto para toda a academia, nomeadamente pelo levantamento de um diagnóstico que permitirá a reflexão sobre políticas institucionais que promovam a saúde mental e bem-estar. Recordou que, no presente momento, está a ser desenvolvido um outro projeto no âmbito da promoção da saúde mental, da iniciativa do Governo, que conta com a participação ativa de várias unidades orgânicas, designadamente a Escola de Medicina e a Escola de Psicologia, e com o grande envolvimento dos Serviços da Ação Social, coordenado pela Doutora Adriana Sampaio. No âmbito deste, mencionou que a universidade assumiu o compromisso de criar uma estrutura permanente na instituição, orientada para a promoção da saúde mental. Por conseguinte, valorizou a importância de serem encontrados pontos de convergência entre ambos os projetos, tão cedo quanto possível, capazes de permitir uma estruturação mais forte das políticas e das intervenções na universidade.

A Doutora Eugénia Ribeiro enfatizou que o projeto PROMETEU alicerça-se na contextualização das vivências da academia e na garantia que os participantes pertencem à UMinho e têm vivências neste contexto. Por este motivo, o recurso ao *email* institucional é fundamental, justificou. Salientou que a inovação inerente ao projeto PROMETEU assenta no contexto *Universidade do Minho*, permitindo compreender, em específico, a saúde mental e o bem-estar na comunidade UMinho, alargando o seu público alvo aos docentes, investigadores e técnicos administrativos e de gestão. Além disso, a bateria de questionários está programada para ser realizado um estudo longitudinal sobre a evolução da saúde mental e do bem-estar na universidade e garantir que quem responde pertence à UMinho.

Informou, ainda, que integra o outro projeto mencionado pelo Reitor, pertencendo inclusive à comissão executiva, e salvaguardou que faz, claramente, todo o sentido articular os resultados obtidos em ambas as iniciativas.

Agradecendo as várias sugestões decorrentes do debate em apreço, reforçou que, além da divulgação do estudo, importará o envolvimento, o compromisso e ação de cada um. Fez um apelo, em particular, à Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho para que a associação se envolva nesta divulgação, de um modo comprometido, de forma a garantir a voz dos estudantes. Referiu que foi particularmente difícil conseguir realizar três *focus group* com estudantes. Embora reconheça que a primeira fase de aplicação dos questionários, no caso dos estudantes, não tenha sido a mais oportuna, devido ao fim do ano letivo, tem, agora, a expectativa que a sua envolvimento aumente.

No seguimento da observação do Conselheiro Luís Santos, a Doutora Eugénia mencionou que a equipa de investigação está sensível a analisar grupos específicos e, por este motivo, o projeto prevê, também, uma dimensão de análise qualitativa, com a realização de vários *focus group*, onde será valorizada a experiência, a voz e as perceções de grupos específicos, como por exemplo os estudantes de doutoramento.

Quanto à extensão do prazo de entrega do relatório ao Conselho Geral, reconheceu ver com bom grado essa possibilidade, considerando a complexidade da análise dos *focus group* e das bases de dados que incluem várias variáveis, deixando ao critério do Conselho Geral essa decisão.

O Conselheiro Victor Soares pediu que fosse dada particular atenção aos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão dos Serviços de Ação Social, nomeadamente pertencentes ao departamento alimentar, visto que não têm o hábito recorrente de consultar o *email* institucional e, portanto, seria conveniente pensar-se em outras hipóteses para envolver este grupo.

A Doutora Eugénia Ribeiro registou esta nota e comprometeu-se a refletir sobre este ponto com a Administradora dos SASUM, membro da equipa de investigação. Sobre os trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão, partilhou que, em proporção, são o corpo que mais respondeu ao questionário, mas também são os que manifestaram menos disponibilidade para participarem nos grupos focais.

Ponderando a possibilidade de alargar o prazo de entrega do relatório, a Conselheira Ana João Rodrigues sugeriu a data de junho de 2025, de modo a permitir uma análise dos dados mais profunda e diferenciada. A Doutora Eugénia Ribeiro concordou com este prazo, pois permitirá, de facto, realizar um trabalho mais aprofundado, quer na análise da informação recolhida nos grupos focais, quer dos resultados obtidos no estudo quantitativo. Porém, salvaguardou que este prolongamento do prazo fará sentido se existir um efetivo comprometimento da academia em participar no estudo.

O Conselheiro Nuno Cerca manifestou o interesse na apresentação do relatório do projeto ao Conselho Geral atual, considerando que se trata de uma iniciativa deste. Por este motivo, propôs que os dados do projeto e as recomendações fossem apresentados na última reunião plenária deste Conselho.

Na opinião do Conselheiro Miguel Martins, mais do que atender ao término do mandato, importará garantir uma maior participação da comunidade académica no estudo, nomeadamente dos estudantes de licenciatura, para se obter uma perceção o mais fiel possível da realidade académica. Neste seguimento, concluiu que alargar o prazo até junho poderá ser mais vantajoso.

No entendimento do Conselheiro Joaquim Freitas, a questão do prolongamento revela-se importante se existir uma estratégia de comunicação e de divulgação do estudo bem planeada ao longo deste período, criando lembretes que potenciem picos de participação. Perante a baixa taxa de resposta dos estudantes de licenciatura, enfatizou a relevância do envolvimento dos delegados de turma e dos presidentes dos núcleos de estudantes, mobilizando-os de forma mais direta e pessoal. Transmitiu a sua preocupação em conciliar o término do estudo e o início do próximo ano letivo, fundamentando que, mais do que o concluir até final do mandato deste Conselho, importará analisar os resultados, ainda que preliminares, para se definir um conjunto de ações e medidas a implementar no próximo ano letivo. Focou-se, então, neste calibrar de prazos, sendo o início do próximo ano letivo o momento chave para serem definidas políticas e medidas institucionais e um plano de ação efetivo sobre esta matéria.

Na tentativa de conciliar ambas as visões, o Conselheiro Tiago Miranda propôs que o prazo para conclusão do projeto fosse estendido até junho de 2025, permitindo que a equipa tenha condições de analisar os dados mais aprofundadamente, mas repetir-se-ia uma apresentação intercalar dos resultados, na última sessão plenária deste Conselho.

Concluindo o ponto em apreço, o Vice-Presidente agradeceu a apresentação realizada pela Doutora Eugénia Ribeiro e todos os contributos partilhados pelos membros do Conselho Geral, reforçando a importância do comprometimento e da proatividade de cada um na mobilização dos seus pares para aumentar o número de respostas ao questionário. Assegurou que o Conselho Geral remeterá uma mensagem a toda a academia, para sinalizar e reforçar a importância da participação no estudo PROMETEU. Fevereiro foi o mês apontado para a apresentação intercalar mencionada anteriormente, ficando o compromisso da Doutora Eugénia Ribeiro articular com a Conselheira Ana João este momento, mediante a evolução dos trabalhos de análise dos dados quantitativos e qualitativos.

4. Procura dos cursos da Universidade do Minho para o ano letivo 2024/2025

O Reitor, tal como tem sido habitual nesta fase do ano, apresentou dados sobre a procura dos cursos da Universidade do Minho, no ano letivo de 2024/2025. Alertou que não foi possível agregar, atempadamente, os dados referentes aos mestrados e doutoramentos, visto que a fase de concurso aos mesmos se estendeu até tarde e, no caso dos doutoramentos sem componente curricular o ingresso de estudantes ocorre ao longo de todo o ano. Em termos globais, referiu que, nos últimos anos, a evolução da procura dos cursos da UMinho ronda os 20 500 e 21 000 estudantes.

O Reitor, com recurso a imagens gráficas, apresentou as seguintes conclusões relativamente aos cursos com menor procura nos últimos quatro anos:

- ao nível da procura de cursos de 1.º ciclo, a UMinho regista uma melhoria contínua ao longo dos últimos quatro anos se comparadas as vagas colocadas a concurso e o número de estudantes que ingressam nos cursos, assim como na percentagem de vagas preenchidas na primeira fase do concurso nacional de acesso. Estes números traduzem a existência de um equilíbrio entre a oferta educativa da universidade e a procura social de é objeto;
- se comparado o número de candidatos que procuram a UMinho como primeira opção face ao número de vagas disponibilizadas, aferiu que os resultados são excelentes, na medida em que 1,3 candidatos colocaram a UMinho em primeira opção: 2977 vagas colocadas a concurso na primeira fase, para 3836 estudantes colocados com a indicação da UMinho como primeira opção. Neste domínio, comparou o desempenho da UMinho com outras instituições de ensino superior, informando que surge em quarto lugar depois da Universidade do Porto (1,7 estudantes por vaga a concurso), o ISCTE e a Universidade Nova de Lisboa (1,4 estudantes por vaga a concurso). Estes resultados traduzem a solidez e a qualidade

da procura de que a UMinho é objeto, sustentada no número de estudantes que se candidatam e na nota mínima de acesso aos cursos.

- apresentou a evolução dos cursos que registaram uma baixa procura, nos últimos quatro anos, concluindo que a maior parte conseguiu suprimir as debilidades em termos de procura e preenchimento de vagas na primeira fase. Em 2024/2025, os cursos de Engenharia Têxtil, Física, Optometria e Ciências da Visão, Química e Geologia foram aqueles que apresentaram um número de colocações inferior às vagas disponíveis.

- No caso dos cursos de Física, Química e Geologia, elucidou que as debilidades sentidas são transversais ao sistema de ensino superior português, podendo concluir-se que o país não está a conseguir atrair estudantes para estas áreas de formação tão fundamentais e relevantes. Outra razão subjacente à baixa procura nestes cursos mais tradicionais prende-se com o facto destas áreas fundamentais ganharem expressão em outros cursos como por exemplo a Bioquímica e a Engenharia Física.

- quanto aos cursos de Engenharia Têxtil (unicamente oferecido pela UMinho) e Optometria e Ciências da Visão (oferecido pela UMinho e pela Universidade da Beira Interior), clarificou que a estratégia adotada tem passado por manter esta oferta formativa, por um lado pelo pioneirismo da UMinho nestas áreas e, por outro lado, particularmente na área têxtil, pelo facto da UMinho estar situada numa região em que a indústria têxtil assume particular relevância. Contudo, afirmou que os resultados da procura por estes cursos incitam a uma reflexão, sendo convocadas também as Escolas de Engenharia e a Escola de Ciências. No seu entendimento, o curso de Engenharia Têxtil terá de sofrer uma reconfiguração, envolvendo neste processo parceiros da área para que se torne mais atrativa.

- o Curso de Engenharia de Polímeros conheceu uma quebra acentuada na procura, nos últimos anos, por razões conjunturais onde a diabolização do plástico se destaca. Consequentemente, o número de vagas colocadas a concurso sofreu uma redução. Porém, em 2024/2025, este curso preencheu o total de vagas disponíveis, tendo conseguido rever as dificuldades através de um conjunto de ações de sensibilização para esta área de formação. Ademais, o departamento de Engenharia de Polímeros convocou as grandes empresas do setor, em Portugal, para suportarem o valor das propinas correspondentes aos estudantes inscritos no curso. Deste caso particular, é possível aferir que as universidades assumem uma função essencial na formação de quadros qualificados para a economia, mas também é importante que certos setores da economia percebam a importância do seu envolvimento na preparação de condições para a formação dos jovens.

- o curso de Engenharia Eletrónica Industrial e Computadores é também um exemplo positivo de superação da baixa procura. Sendo um problema transversal às instituições de ensino superior com esta oferta formativa, as Escolas de Engenharia procuraram, em conjunto, compreender a situação e encontrar respostas para ultrapassar as dificuldades. Em 2024/2025, este curso encontrou uma

posição mais favorável em termos de procura preenchendo a totalidade das vagas. O mesmo cenário foi verificado no curso de Engenharia de Telecomunicações e Informática.

- por fim, afirmou que os cursos de Proteção Civil e Gestão do Território, Ciências da Computação e Engenharia Civil têm vindo a revelar uma consolidação gradual.

O Reitor concluiu que o resultado histórico de 2024/2025, traduzido na ocupação de mais de 99% das vagas a concurso na primeira fase do Concurso Nacional de Acesso, é revelador de um equilíbrio entre a oferta e a procura. Garantiu que a UMinho continuará atenta às mutações aceleradas do mercado de trabalho e, em contínua interação com as várias unidades orgânicas e atenta às orientações do Governo, procurará ajustar a sua oferta educativa.

Quanto aos cursos de mestrado e de doutoramento, salvaguardando que os números estão em evolução em função das diferentes fases de candidatura, apresentou dados dos alunos inscritos nestes ciclos de estudo, no início do mês de outubro. Entendeu que não existem razões para preocupação, atendendo que os números de inscritos estão bastante próximos do total das vagas colocadas a concurso e, em alguns casos, ultrapassados.

Terminando a sua intervenção, aferiu que a UMinho preencheu uma condição fundamental para uma atuação bem-sucedida na esfera da educação: garantir que chegam até si estudantes e estes são, cada vez mais, melhores estudantes. Este cenário é, sem dúvida, bastante positivo para a UMinho, mas também acresce a sua responsabilidade relativamente aos percursos académicos dos estudantes e da sua transição para os contextos de trabalho, salientou. Neste contexto, a UMinho continuará a apostar num conjunto de programas que visam acompanhar os percursos académicos e combater o abandono e insucesso escolar.

Aberto o espaço para o debate, o Conselheiro Luís Santos acrescentou uma pista para reflexão, considerando o contexto da sua escola, onde se tem verificado uma redução gradual do número de inscritos nos cursos de mestrado: as condições financeiras dos estudantes, agravadas pela crise do alojamento.

O Conselheiro Miguel Martins corroborou a opinião do Conselheiro Luís Santos, fundamentando que o valor das propinas de mestrado é bastante elevado, assumindo-se como um dos principais entraves para o prosseguimento dos estudos, aos quais se juntam os valores praticados na área da habitação. Além destes fatores, indicou a impossibilidade de serem aceites candidaturas condicionadas a mestrado como uma dificuldade na captação de estudantes. Por este motivo, questionou quando é que a universidade vai permitir candidaturas condicionadas a mestrado. Sendo uma prática em várias universidades, alertou que há candidatos a mestrado que acabam por seguir o seu percurso académico em outras instituições porque na UMinho são confrontados com dificuldades burocráticas entre o tempo de conclusão da licenciatura e o prazo de candidatura a mestrado, restando-lhes as segunda e terceira fases.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro Joaquim Freitas que sugeriu fazer um levantamento da origem geográfica dos estudantes de pós-graduação, do ponto de vista do concelho de origem/residência permanente, para se perceber a influência geográfica na captação de estudantes.

O Conselheiro Victor Soares lembrou o Reitor quanto à possibilidade de isentar os trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão do pagamento de propinas, quer seja de licenciatura, mestrado ou doutoramento. Reforçou que esta será uma mais valia para os trabalhadores, em termos pessoais e profissionais, e para a própria instituição.

Conferida a palavra à Conselheira Margarida Isaías, conhecidos os números de candidatos, propôs que fosse apurado o número efetivo de inscritos nos vários cursos da UMinho. A partir desta análise, poder-se-á ter, por um lado, uma noção mais real dos estudantes que ficaram na UMinho e, por outro lado, explorar e refletir sobre os motivos que levaram alguns dos estudantes a trocarem de instituição. No que à redução do número de candidatos a mestrado diz respeito, manifestou a sua preocupação com a desintegração dos mestrados integrados que no seu entendimento tem levado à perda de estudantes ao nível do 2.º ciclo.

A Conselheira Helena Pereira assumiu uma posição divergente, pois vê como positiva a mudança de ambiente académico, a experiência vivida em diferentes contextos académicos e possibilidade dado aos estudantes para mudarem de área de formação, por exemplo. Por conseguinte, assume uma postura crítica relativamente aos mestrados integrados. Sugeriu que além da origem geográfica, se procurasse perceber o volume de inscrições nos mestrados com horário laboral e pós-laboral, o que permitirá perceber se o público que os procura já está inserido no mercado de trabalho e quantos estudantes fizeram a licenciatura em outras instituições de ensino superior. O mesmo poderá ser realizado nos cursos de doutoramento para se perceber qual o número de estudantes de continuidade e quantos procuram a UMinho para concluir este grau académico, vindos de outras instituições académicas. Esta análise permitirá obter pistas para se conhecer o perfil dos estudantes que a UMinho atrai e, desta forma, adequar a oferta educativa e a estratégia de comunicação institucional.

Conferida a palavra ao Conselheiro Tiago Miranda, focou-se na importância da Universidade do Minho avaliar as áreas de fileira que ganharão especial expansão a curto/médio prazo e antecipar a formação de profissionais necessários para esses contextos. Recordou o exemplo bem conseguido da Licenciatura em Engenharia Aeroespacial, em que a UMinho foi pioneira: identificou um setor de atividade emergente no país e apostou na preparação de um curso para a formação de profissionais nesta área, sendo um exemplo para outras universidades. Apresentou outras áreas emergentes: a exploração do lítio para produção de baterias, a fileira do mar e a energia *offshore*. Retoricamente, questionou se as universidades estão preparadas para formar quadros especializados nestas áreas e dar respostas às necessidades que se irão sentir num futuro próximo. Nesta sequência, enfatizou a importância de uma reflexão e do diálogo conjunto entre as universidades e os atores sociais e económicos. Desta forma, será possível ajustar a oferta educativa às necessidades do país e corresponder às áreas estratégicas emergentes com a formação e retenção de talentos.

Chamou a atenção que este esforço requer, desde logo, uma postura ativa na planificação e na preparação da oferta educativa, sendo fundamental começar a antecipar formas de dar resposta às exigências da economia que dá sinais de estar em profunda alteração.

Em resposta às várias intervenções ocorridas, o Reitor esclareceu que:

- os dados referentes aos candidatos a cursos de mestrado e de doutoramento são preliminares e recolhidos muito recentemente, e, como tal, não foi possível explorar outras análises que serão muito relevantes para se perceber, por exemplo, se ocorreu alguma transformação no perfil dos estudantes e qual a origem geográfica dos candidatos que procuram a UMinho;
- quanto à tendência da procura, apesar da UMinho ter conhecido valores bastante positivos em 2024/2025, é sabido que a nível nacional, inscreveram-se menos estudantes nas licenciaturas e nos mestrados integrados comparativamente com o ano anterior. Alertou que este poderá ser um primeiro sinal dos impactos das mudanças demográficas no nosso país. Porém, sendo resultados muito determinados pelos resultados dos exames do 12º ano, dificilmente se pode analisar esta variação do número de inscritos à luz de um único fator. Acrescentou que as questões de ordem financeira são relevantes na procura da formação de nível superior, mas as dinâmicas da economia também assumem um forte peso na candidatura aos cursos. Reiterou, assim, que apesar da UMinho situar-se numa posição bastante confortável, não poderá descuidar o olhar atento sobre o que acontece em cada uma das áreas de formação que oferece. Sublinhou que esta análise é bastante complexa, exemplificando que a UMinho oferece formações clássicas bastante bem-sucedidas em termos de procura e, por vezes, cursos de mestrado inovadores, com uma boa resposta na procura nas primeiras edições, mas depois acabam por perder interessados. À UMinho é exigida não só uma atenção permanente aos sinais que apontam para um reforço ou diminuição da procura, mas também a capacidade de distinguir os cursos que não conseguem atrair estudantes de forma continuada e tomar uma decisão adequada quanto a estes. A este propósito, recordou que a UMinho adotou, pela primeira vez, no presente ano letivo, um conjunto de orientações relativas às condições de funcionamento em termos de procura de cursos de licenciatura, de mestrado e de doutoramento. Acrescentou que estas orientações tiveram efeito na reorganização do portefólio da oferta educativa de várias unidades orgânicas. Concluiu, afirmando que a universidade não poderá tornar-se refém do mercado da procura, mas é fundamental estar atenta às novas oportunidades e adequar a sua oferta em coerência com a realidade do país.
- quanto à condição financeira dos estudantes, referiu que devem ser acionados mecanismos ao nível da ação social para combater o abandono escolar no ensino superior.
- no que concerne às candidaturas condicionais, referiu que a UMinho estará disponível para aplicar mecanismos de apoio aos estudantes de modo a não defraudar as suas expectativas, mas tal apoio não poderá traduzir-se em práticas contraditórias ao disposto na Lei e, consequentemente, às condições de acesso a cursos de mestrado e de doutoramento.

- por fim, relativamente à isenção de propinas para os técnicos, administrativos e de gestão que desejem frequentar cursos na UMinho, transmitiu que será publicada uma deliberação do Conselho de Gestão, em breve, enquadrada na política institucional da formação deste grupo de trabalhadores.

Sem mais intervenções a registar, os trabalhos avançaram para os pontos seguintes.

5. O Ensino na Universidade do Minho durante o último quadriénio: progressos, desafios e perspetivas

Após o debate no ponto anterior e a partilha de várias propostas e pontos de análise, a discussão deste tópico foi adiada para uma próxima sessão plenária.

6. Plano de Atividades do Conselho Geral para 2024 e 2025

Tendo apenas registado o contributo da Conselheira Helena Pereira sobre o plano de atividades, o Vice-Presidente reforçou a importância dos membros do Conselho partilharem propostas e sugestões para que este documento possa ser concluído.

Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente agradeceu a participação e os contributos partilhados durante a sessão, e declarou terminada a reunião às 13h30, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Vice-Presidente e pelo Secretário do Conselho.

O Vice-Presidente,

O Secretário,



Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 5/2024

11 de outubro de 2024

Membro	Rubrica
Ana João Gomes Rodrigues	Ana Joao Rodrigues
António Carlos Fernandes Rodrigues	[Signature]
António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves	justificou a ausência
Delfina Rosa Rocha Gomes	justificou a ausência
Helena Mendes Pereira	Helena Mendes Pereira
Isabel Maria Costa Soares	[Signature]
Joana Carolina Santos Fraga	justificou a ausência
Joana Rodrigues Arantes Silva	[Signature]
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	[Signature]
Luis António Martins Santos	L. A. M. S.
Luis Miguel de Lima Guedes	Luis Miguel de Lima Guedes
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	justificou a ausência
Margarida Isaias Ferreira dos Santos	Margarida Isaias Santos
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	justificou a ausência
Maria Elisabete da Silva Duarte Matos	justificou a ausência
Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins	Miguel Afonso Martins
Nuno Miguel Dias Cerca	Nuno Miguel Dias Cerca
Patricia Espinheira Sá Maciel	justificou a ausência
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	[Signature]
Tiago Filipe Silva Miranda	Tiago Filipe Miranda
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	[Signature]
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	Victor Soares